

6° SIMULADO

# TJ RJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA  
PÓS-EDITAL



**Estratégia**  
Concursos

# Simulado Especial

## 6º Simulado TJ-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-12-04>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E

**PORTUGUÊS****TEXTO I**

Catalepsia patológica é um distúrbio bastante incomum, no qual o indivíduo encontra-se em um estado onde os músculos do corpo tornam-se rígidos como uma estátua, dando a impressão de que se trata de um óbito. No passado, era comum a existência de relatos dos quais as pessoas diziam presenciar ou ouvir a respeito de casos onde um indivíduo declarado como morto teria acordado durante um velório por poderes sobrenaturais. Nada obstante, esta impressão da época era porque não se dispunha de recursos tecnológicos como os existentes atualmente para diagnosticar estados patológicos como o do causado pela catalepsia.

Esse tipo de doença nervosa deixa o corpo da vítima com aspecto de um boneco de cera, por haver uma plasticidade motora. Os músculos que podem ser movidos para qualquer direção, permanecem assim até que o doente se recupere do distúrbio. Para piorar a situação da vítima, em um estado cataléptico o doente fica consciente de tudo o que acontece ao seu redor, mas por ter suas funções vitais desaceleradas não consegue reagir fisicamente.

A catalepsia patológica pode durar alguns minutos, vários dias e até mesmo semanas (casos extremos), sendo suas causas variadas. Acredita-se que esta doença pode ser desencadeada por fatores genéticos, quando o indivíduo possui uma predisposição maior para desenvolver a doença, e também por problemas congênitos onde há má formação em alguma região cerebral. Pode também aparecer como resultado de outras doenças nervosas como a esquizofrenia, epilepsia, síndrome neuroléptica maligna, debilidade mental, histeria, depressão, grave trauma emocional, doença de Parkinson, e também ser ocasionada por traumatismo craniano, alcoolismo e intoxicação por certos narcóticos. A catalepsia patológica pode ainda aparecer como um efeito colateral de medicamentos antipsicóticos usados para tratar a esquizofrenia.

Antigamente, quando a catalepsia não era bem compreendida pela medicina, muitos homens e mulheres catalépticos foram enterrados vivos, pela crença de que eles estavam mortos. Quando despertavam de seus estados patológicos muitos morriam sufocados em suas próprias covas, outros conseguiam se debater e sobreviver, reforçando as lendas que assombravam a população da época como a da existência de vampiros. Estados catalépticos também têm sido historicamente associados com hipnose e abdução por alienígenas.

<https://www.infoescola.com/doencas/catalepsia-patologica/>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

**01.** Considerando sua tipologia, o texto é predominantemente

- a) narrativo
- b) descritivo
- c) dissertativo
- d) injuntivo
- e) prescritivo

**02.** De acordo com o texto,

- a) a catalepsia é uma patologia usual e multicausal
- b) a causa primária da catalepsia é genética
- c) o uso de narcóticos causa catalepsia nervosa
- d) a catalepsia pode variar em suas causas e durações
- e) em casos extremos, a catalepsia pode durar dias.

**03.** Infere-se do texto que

- a) a catalepsia pode ser decorrente de eventos químicos, genéticos ou sobrenaturais.
- b) é comum que pacientes com catalepsia sejam enterrados vivos.
- c) a catalepsia é clinicamente classificada como doença nervosa.
- d) medicamentos antipsicóticos são o tratamento típico para a catalepsia.
- e) a catalepsia é atualmente bem compreendida pela medicina.

**04.** Assinale o segmento que expressa sentido de finalidade

- a) Os músculos que podem ser movidos para qualquer direção (2º parágrafo)
- b) Quando despertavam de seus estados patológicos muitos morriam sufocados em suas próprias covas (4º parágrafo)
- c) Para piorar a situação da vítima, em um estado cataléptico o doente fica consciente de tudo o que acontece ao seu redor (2º parágrafo)
- d) um efeito colateral de medicamentos antipsicóticos usados para tratar a esquizofrenia (3º parágrafo)
- e) doenças nervosas como a esquizofrenia, epilepsia,

**05.** A supressão da vírgula manteria a correção gramatical e os sentidos no texto no seguinte segmento:

- a) No passado, era comum a existência de relatos
- b) Para piorar a situação da vítima, em um estado cataléptico o doente fica consciente
- c) doenças nervosas como a esquizofrenia, epilepsia
- d) Quando despertavam de seus estados patológicos muitos morriam sufocados em suas próprias covas, outros conseguiam se debater e sobreviver
- e) o doente fica consciente de tudo o que acontece ao seu redor, mas por ter suas funções vitais desaceleradas não consegue reagir fisicamente

**06.** Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto I, a forma verbal “há”, no trecho “problemas congênitos onde há má formação em alguma região cerebral” (3º parágrafo) poderia ser substituída por

- a) existem.
- b) existe.
- c) ocorrem.
- d) têm.
- e) tem.

**07.** Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto, o vocábulo “predisposição” (3º parágrafo) poderia ser substituído por

- a) arranjo
- b) propensão
- c) determinação
- d) talento
- e) temperamento

**08.** Sobre o período “Nada obstante, esta impressão da época era porque não se dispunha de recursos tecnológicos como os existentes atualmente para diagnosticar estados patológicos como o do causado pela catalepsia.” (1º parágrafo), assinale a alternativa correta.

- a) a partícula “se” indica valor passivo.
- b) a forma “dispunha” deveria ser flexionada no plural.
- c) a partícula “se” encontra-se em posição proclítica obrigatória.
- d) a inserção de “estado” antes de “do” causaria prejuízo gramatical.
- e) o pronome “esta” não pode remeter a informação anterior.

**09.** Seria mantida a correção gramatical do texto se o segmento “onde”, nas duas ocorrências do primeiro parágrafo, fosse substituído, respectivamente, por

- a) em que e aonde.
- b) aonde e nos quais.
- c) a qual e o qual.
- d) em que e no qual.
- e) em que e nos quais.

**10.** A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas se a expressão “Nada obstante” (1º parágrafo) fosse substituída por

- a) Embora
- b) Nesse sentido.

- c) Malgrado.
- d) No entanto.
- e) Sobretudo.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**

**11.** Com base na LODERJ, o Presidente do Tribunal de Justiça é o Chefe do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sendo suas atribuições, EXCETO:

- a) dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as eleições para os cargos de direção e as sessões do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura.
- b) prover os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.
- c) superintender todas as atividades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário, podendo, para isso, agir diretamente junto a qualquer autoridade.
- d) designar juízes para substituição, acumulação ou auxílio na primeira instância.
- e) organizar tabela de substituição de magistrados em casos de suspeições e faltas ocasionais.

**12.** Segundo a LODERJ, o que não compete, exclusivamente, ao Tribunal Pleno:

- a) eleger os membros da Administração Superior do Tribunal de Justiça, na forma prevista no Regimento Interno.
- b) eleger o Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- c) eleger dois Desembargadores e dois Juízes de Direito, e seus respectivos suplentes, para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).
- d) decidir sobre criação, extinção, alteração ou modificação de competência dos órgãos julgadores de segundo grau.
- e) eleger todos os membros do Órgão Especial e seus respectivos suplentes.

**13.** Analise as assertivas abaixo sobre os cargos em comissão e funções gratificadas, conforme a Lei n.º 4.620/2005:

I. O provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no mínimo de 50%, exclusivamente, para os serventuários ativos

do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

II. Não integram a reserva prevista os cargos em comissão de assessoramento direto a desembargador

III. O exercício de função gratificada é privativo de serventuário ativo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

IV. A remuneração dos cargos de provimento em comissão de Diretor Geral e Chefe de Gabinete, símbolos DG e CG, respectivamente, quando ocupados por servidor efetivo do Quadro Único de Pessoal, ou servidor requisitado de outro órgão, corresponde a 70% do valor estabelecido no Anexo VII da Lei n.º 4.620/2005.

Marque a alternativa correta.

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) II e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**

**14.** Em relação à revisão, de acordo com o Decreto-Lei nº 220/1975, é correto afirmar que:

- a) a revisão pode ser requerida ainda que não existam fatos novos, que comprovem a inocência ou atenuação da penalidade aplicada ao funcionário punido.
- b) não é possível a apresentação e conhecimento da revisão quando o funcionário for falecido, tendo em vista a perda do objeto.
- c) a injustiça da decisão será processada por revisão, sendo este um dos fundamentos para sua interposição.
- d) a comissão revisora deve concluir a análise da revisão em noventa dias, podendo haver prorrogação desse prazo por mais trinta dias, a critério do Secretário de Estado de Administração.

e) julgada procedente a revisão, será tornada sem efeito a pena imposta, vedado o restabelecimento de direitos concedidos no período anterior à decisão.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**

**15.** O regimento interno do TJ-RJ dispõe acerca da composição e competência dos órgãos jurisdicionais de segunda instância.

Assinale o órgão que é competente para julgar as arguições de impedimento e suspeição opostas a Desembargadores e ao Procurador-Geral de Justiça quando não reconhecidas.

- a) órgão especial
- b) escola da magistratura do estado do Rio de Janeiro
- c) tribunal pleno
- d) escola de administração judiciária
- e) conselho da magistratura

**16.** O Tribunal Pleno será convocado pelo Presidente do Tribunal ou mediante autoconvocação para deliberação de assunto institucional do Poder Judiciário.

Segundo o regimento interno do TJ-RJ, a autoconvocação deverá ser subscrita

- a) pela maioria simples dos integrantes do Tribunal Pleno
- b) pela maioria absoluta dos integrantes do Tribunal Pleno
- c) por 2/3 dos integrantes do Tribunal Pleno
- d) por qualquer um dos integrantes do Tribunal Pleno
- e) por 50% dos integrantes do Tribunal Pleno

**17.** Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, cabe ao Conselho da Magistratura conhecer de

- a) ação rescisória quando a decisão rescindenda for acórdão proferido por Câmara Cível ou decisão monocrática proferida por algum de seus integrantes;

b) os recursos contra decisões que indeferirem pedido de inscrição no concurso para ingresso na Magistratura de carreira;

c) recurso contra ato praticado em processo administrativo pelo Presidente, por qualquer dos Vice-Presidentes ou pelo Corregedor-Geral, de que

não caiba recurso específico, ou contra penalidade por algum deles imposta;

d) os agravos contra decisões do Presidente que, em mandado de segurança, ordenarem a suspensão da execução de medida liminar ou de sentença que o houver concedido;

e) a reclamação cujo objeto seja a preservação de sua própria competência, garantir a autoridade de suas próprias decisões ou garantir a observância de seus próprios precedentes.

**18.** Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial,

a) A correição-geral extraordinária é realizada anualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

b) A correição-geral ordinária é realizada anualmente pelos juízes auxiliares da corregedoria, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

c) A correição-geral ordinária é realizada anualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pelos Juízes Coordenadores dos Núcleos Regionais.

d) A correição-geral ordinária é realizada anualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

e) A correição-geral ordinária é realizada anualmente pelos juízes de Direito, nos serviços judiciais, observado o calendário organizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

## **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**19. A Lei nº 13.146/2015 assegura à pessoa com deficiência o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim, pode-se afirmar que:**

- a) A pessoa com deficiência não poderá ser submetida à tutela ou curatela.
- b) A adoção de processo de tomada de decisão apoiada deverá ser determinada pelo juiz, ouvido o Ministério Público.
- c) Para a emissão de documentos oficiais, deve-se exigir a situação de curatela da pessoa com deficiência.
- d) A curatela poderá ser constituída excepcionalmente e a sentença deverá demonstrar as razões e motivações para a sua definição, sendo resguardados os interesses do curatelado.
- e) A curatela afetará os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, negocial, bem como o direito ao próprio corpo, à sexualidade e ao matrimônio.

## **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

**20. Acerca de ética, moral, valores e virtudes, assinale a alternativa correta.**

- a) A moral resulta do conjunto de leis, costumes e tradições de uma sociedade e é subordinada à ética comportamental definida em regras constitucionais.
- b) Entende-se por moral, um conjunto de regras consideradas válidas para uma maioria absoluta, que valem-se dela para impor conduta ética aos demais cidadãos.
- c) A moral é mutável e varia de acordo com o desenvolvimento de cada sociedade. Ela norteia os valores éticos na Administração Pública.

d) A moral é mais flexível do que a lei, por variar de indivíduo para indivíduo, e afeta diretamente a prestação dos serviços públicos por criar condições para uma ética flexível no atendimento às necessidades básicas da população.

e) A ética confunde-se com a moral como um dos parâmetros para a avaliação do grau de desenvolvimento de determinada sociedade e, conseqüente, padronização da prestação dos serviços públicos comunitários.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**21. Considere que a administração de determinado município carioca expediu alvará sanitário a um estabelecimento que comercializa alimentos, consistente em uma licença para funcionamento. A respeito do referido ato administrativo, assinale a alternativa que indica corretamente suas características ou classificações:**

- a) é ato permeado de imperatividade.
- b) é passível de revogação, caso o beneficiário descumpra os requisitos estabelecidos no alvará.
- c) é ato geral.
- d) é ato enunciativo.
- e) manifesta o exercício do poder de polícia em benefício da coletividade.

**22. São critérios que devem ser observados nos processos administrativos, EXCETO:**

- a) atuação conforme a lei e o Direito.
- b) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas aquelas previstas em lei.
- c) impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- d) subjetividade no atendimento do interesse público.
- e) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

**23.** Determinado ente público estadual contratou sociedade empresária para prestar serviços de vigilância e segurança de suas repartições, havendo a alocação de quinze vigilantes. Caso a referida empresa deixe de adimplir encargos relacionados ao contrato, é correto afirmar que a Administração Pública:

- a) não responderá pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas, em qualquer hipótese.
- b) responderá solidariamente pelo inadimplemento dos encargos fiscais e comerciais.
- c) responderá solidariamente pelo inadimplemento dos encargos previdenciários.
- d) não responderá pelo inadimplemento dos encargos previdenciários.
- e) responderá solidariamente pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas, desde que reste evidenciada sua conduta culposa na fiscalização das obrigações contratuais da empresa contratada.

**24.** Tomando por base a alienação do controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, assinale a alternativa correta:

- a) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedade de economia mista matriz exige autorização legislativa, mas não a realização de licitação.
- b) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedade de economia mista matriz exige a realização de licitação, mas não autorização legislativa.
- c) A alienação de subsidiárias exige autorização legislativa, mas não a realização de licitação.
- d) A alienação de subsidiárias não exige a realização de licitação, tampouco autorização legislativa.
- e) A alienação do controle acionário de empresas públicas, sociedade de economia mista matriz e subsidiárias exige autorização legislativa e licitação.

**25.** Acerca do controle exercido sobre a atuação da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O controle judiciário deriva do poder-dever de autotutela que se exerce sobre os atos a administração pública.
- b) O controle administrativo se dá sobre aspectos de legalidade e de mérito, podendo ser exercido unicamente pelo Poder Executivo sobre suas próprias ações.
- c) O poder de fiscalização que um órgão da administração centralizada exerce sobre autarquia a ele vinculada caracteriza controle administrativo por subordinação.
- d) O controle judicial, em regra, se dá em caráter corretivo, havendo, contudo, situações em que admite-se o controle judicial prévio, a exemplo do Mandado de Segurança Preventivo.
- e) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal integra o controle externo exercido pela Justiça Federal com o auxílio das contadorias dos respectivos tribunais.

**26.** Determinado órgão do Estado do Rio de Janeiro pretende ampliar suas instalações físicas, necessitando contratar empresa especializada na execução de obras públicas, a qual está estimada em R\$ 1.250.000,00. Assinale a(s) modalidade(s) licitatória(s) passível(is) de ser(em) adotada(s) à luz dos dispositivos previstos na Lei 8.666/1993:

- a) convite, tomada de preços ou concorrência.
- b) tomada de preços ou concorrência.
- c) concorrência ou leilão.
- d) concurso, apenas.
- e) concorrência, apenas.



27. Em relação aos poderes instrumentais da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O abuso de poder, seja na modalidade desvio ou excesso de poder, caracteriza-se apenas em sua forma comissiva.
- b) No exercício do poder regulamentar, o Poder Executivo poderá contrariar a lei se tiver como finalidade a manutenção de sua harmonia e independência em relação aos desígnios do Legislativo.
- c) Os regulamentos autorizados decorrem do fenômeno da deslegalização, pelo qual a competência para regular certas matérias se transfere da lei para outras fontes normativas, de caráter infralegal, por autorização do próprio legislador.
- d) A aplicação de suspensão disciplinar a servidor público decorre do poder de polícia administrativa, uma vez que se caracteriza como atividade de controle repressiva e tem como fundamento a supremacia do interesse público.
- e) O exercício do poder disciplinar não comporta qualquer valoração de mérito por parte da autoridade competente.

28. Em relação à classificação dos agentes públicos, examine as seguintes situações hipotéticas:

- I. Almir é deputado estadual em determinada unidade da federação.
- II. Adir é empregado concursado de empresa pública do Estado do Rio de Janeiro.
- III. Valdir foi convocado para atuar como mesário nas eleições municipais de 2020.
- IV. Valmir se passava por tabelião em determinado município, expedindo supostas escrituras públicas de compra e venda de imóveis e por elas recebendo vultosas

quantias, a despeito de nunca ter sido investido naquela função.

Diante destes casos, é correto afirmar que:

- a) Almir é agente político e Valdir e Valmir são agentes honoríficos.
- b) Adir e Valdir são agentes administrativos.
- c) Almir é agente político, Valdir é agente honorífico e Valmir é agente de fato.
- d) Adir é agente político, Almir é agente administrativo, Valdir é agente honorífico e Valmir é agente de fato.
- e) Almir é agente político, Adir é agente administrativo, Valdir é agente honorífico e Valmir é usurpador de função pública.

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

29. Foi instituído, mediante emenda à respectiva Lei Orgânica, regime próprio previdenciário para os servidores efetivos do Poder Executivo do município X, que até então vinha adotando o Regime Geral como regra para todo o funcionalismo público. Severino foi aprovado em concurso para o cargo técnico de autarquia municipal e, também, para emprego público em sociedade de economia mista, ambos no município X, mas está em dúvida se deve optar pelo emprego ou pelo cargo público. Assim, considerando as regras introduzidas pela EC 103/19, é possível concluir que:

- a) Severino, independentemente da escolha que venha a fazer, deverá se sujeitar à aposentadoria compulsória, aos 75 anos de idade.
- b) Caso Severino tome posse no cargo efetivo e, logo em seguida, seja designado para o exercício de função de confiança, ele não mais fará jus ao Regime Próprio e nem deverá se aposentar aos 75 anos de idade.
- c) A criação do Regime Próprio de Previdência é inconstitucional. Caso Severino faça a opção pelo emprego na sociedade de economia mista, ele não estará sujeito à aposentadoria compulsória, aos 75 anos de idade.
- d) A criação do novo regime previdenciário não mais encontra respaldo no texto constitucional, o qual passou a exigir, a partir da publicação da EC

103/19, que os entes que adotarem tal sistemática de aposentadoria realizem, paulatinamente, a migração para o Regime Geral.

e) O novo Regime Previdenciário introduzido para as autarquias deveria se estender a todas as entidades da administração direta, autarquias e fundações, de todos os Poderes, o que torna a alteração na legislação orgânica claramente inconstitucional.

**30.** Fora ajuizada, perante a Justiça Estadual de determinado Estado, ação para a obtenção de benefício previdenciário contra o INSS. O juiz titular da vara para a qual a ação havia sido distribuída, no entanto, entendeu não ser de sua competência o julgamento da controvérsia, razão pela qual determinou que os autos fossem remetidos para a sede da Justiça Federal na respectiva jurisdição. De acordo com o que determina a CF/88 acerca do Poder Judiciário, pode-se concluir que:

a) Caso inexistir vara federal na comarca do domicílio do segurado, a Justiça Estadual será competente para o julgamento da ação, desde que tal previsão conste expressamente em lei federal.

b) Caso inexistir vara federal na comarca do domicílio do segurado, a Justiça Estadual será competente para o julgamento da ação, cabendo recurso para o Tribunal Regional Federal contra decisão eventualmente proferida em primeiro grau de jurisdição.

c) Os autos deverão ser remetidos para o juiz federal, em qualquer hipótese, já que se trata de conflito envolvendo autarquia federal.

d) O conflito deverá ser decidido pelo Tribunal Regional Federal, caso na localidade não tenha sido instituída vara federal.

e) Os autos deverão ser restituídos à Justiça estadual, já que a competência da Justiça Federal é excepcionada no caso de conflito envolvendo benefícios previdenciários, acidentes de trabalho e falência.

**31.** Crislany, Polinalda e Joseida decidiram criar um partido político, mas sequer dispõem de recursos para financiar suas reuniões, debates e demais eventos ligados aos objetivos da organização. Por esse motivo, Crislany sugeriu que a atuação fique restrita, em um primeiro momento, ao contexto regional. Polinalda esclareceu, por outro lado, que o

estatuto deveria ser registrado no cartório de registro civil de pessoas jurídicas e, em seguida, no Tribunal Regional Eleitoral local. Finalmente, Joseida, que já havia visitado muitos países e possuía uma extensa rede de contatos, informou que havia diversas ONGs, em países vizinhos, alinhadas à finalidade partidária e interessadas em contribuir financeiramente para a manutenção e

crescimento do partido que seria criado. Diante da situação apresentada, é possível afirmar que:

a) Crislany apresentou a ideia mais sensata face às limitadas condições enfrentadas pelas três fundadoras, mas Polinalda se engana ao afirmar que o registro do partido, pessoa jurídica de direito público, deveria ser feito em cartório.

b) O partido político poderá ser criado seguindo as sugestões das três integrantes, mas será necessário eleger ao menos um representante no Congresso Nacional para que a entidade esteja autorizada a representar seus filiados, na condição de substituta processual, em ações coletivas.

c) Polinalda descreveu corretamente o processo de registro do futuro partido político, mas Crislany esqueceu de mencionar que sua área de atuação não poderia ser inferior à de um município.

d) Joseida apresentou uma alternativa viável para o financiamento da organização, uma vez que recursos provenientes de entidades estrangeiras sem fins lucrativos podem ser recebidos por partidos políticos, mas Crislany está completamente equivocada.

e) A Constituição Federal desautoriza a criação do partido nos moldes defendidos pelas três integrantes, já que se trata de pessoa jurídica de direito privado que deverá, obrigatoriamente, ter caráter nacional e que não poderá receber recursos financeiros de entidades estrangeiras.

**32.** O governador do Estado do Rio de Janeiro dispôs, mediante decreto, sobre a criação de entidade autárquica destinada a atuar como órgão regulador dos serviços de telecomunicações em âmbito estadual. De acordo com a Constituição Federal, tal iniciativa:

- a) É inconstitucional, uma vez que a autarquia mencionada deveria ter sido criada diretamente por meio de lei do mencionado ente.
- b) É inconstitucional, considerando que a regulação do serviço é tarefa a ser desempenha diretamente pela União, embora sua exploração possa ser feita diretamente pelos Estados, no desempenho de sua capacidade de autoadministração.
- c) É válida, desde que a criação da entidade tenha sido autorizada em lei específica e a União tenha editado lei complementar delegando aos Estados a atribuição de disciplinar a matéria.
- d) É inconstitucional, já que os serviços de telecomunicações devem ser explorados e disciplinados em lei, no exercício, respectivamente, das competências exclusiva administrativa e privativa legislativa da União.
- e) Não encontra óbice no texto constitucional, já que o Estado, desde que respeitadas as diretrizes estabelecidas pela legislação federal, poderá tratar do tema no que diz respeito a questões específicas e afetas à sua realidade.

**33.** Marilinda, filha de pai e mãe brasileiros que se encontravam, por ocasião de seu nascimento, na Suíça, país para o qual se mudaram a serviço de uma empresa multinacional e onde vivem há 25 anos, não foi registrada em repartição brasileira competente. Marilinda, ao completar 22 anos de idade, viajou ao Brasil pela primeira vez e aqui cometeu crime comum. As autoridades brasileiras, desejando processá-la conforme as regras vigentes em seu território, solicitaram sua extradição ao

governo suíço. Em situações dessa natureza, a Constituição determina que:

- a) O pedido deverá ser negado pelo governo suíço, já que não se permite a extradição de brasileiros natos.
- b) Marilinda jamais poderá ser considerada brasileira nata, já que não chegou a residir no país antes de atingida a maioridade.
- c) Marilinda poderá ser considerada brasileira nata, caso venha a residir no Brasil em momento futuro e opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- d) Ainda que Marilinda adquira a nacionalidade brasileira, ela poderá ser extraditada, uma vez que o crime terá sido cometido antes da naturalização.
- e) Marilinda terá direito subjetivo à naturalização extraordinária, caso venha a requerê-la após residir no Brasil ininterruptamente pelo período de um ano.

**34.** Dércia, brasileira naturalizada, abriu um escritório de advocacia criminal e, ao tomar contato com a rotina dos órgãos do Ministério Público, começou a se interessar pela atividade ali desenvolvida, a ponto de cogitar a possibilidade de se tornar, algum dia, Procuradora-Geral da República. Ao analisar minuciosamente o conjunto de normas relativas à instituição, presentes na CF/88, Dércia deverá concluir que:

- a) Jamais poderá concretizar suas ambições, já que o cargo de Procurador-Geral da República é privativo de brasileiro nato.
- b) Poderá ser escolhida pelo Presidente da República para chefiar o Ministério Público da União, desde que seja aprovada em concurso público e que seu nome seja aprovado pelo Senado Federal.
- c) Poderá ser livremente nomeada pelo Presidente da República, sem qualquer interferência de outros Poderes na escolha de seu nome, desde que possua mais de dez anos de exercício como advogada.
- d) Caso já tenha completado 35 anos de idade e venha a exercer a função almejada, poderá ser reconduzida ao mesmo cargo apenas uma única vez.

e) Seu nome deverá ser previamente aprovado pelo Senado Federal, por maioria absoluta, o que não se exige para a destituição do cargo pretendido.

**35.** Lindauro, deputado federal, teve seus direitos políticos suspensos. Maurino é senador e foi acusado de firmar contrato com empresa pública, contrariando disposição contida na Constituição Federal. Uma possível consequência para as condutas apresentadas pelos dois parlamentares é a que consta em:

- a) A Mesa diretora apenas irá declarar a perda do mandato de Lindauro, sem que haja deliberação por parte dos membros da Casa.
- b) Maurino poderá ser temporariamente afastado do exercício de suas funções, já que a cassação do mandato é vedada pela Constituição.
- c) Maurino poderá perder o mandato, desde que haja provocação de partido político com representação na respectiva Casa.
- d) Lindauro e Maurino poderão ter seus mandatos cassados mediante decisão de dois terços dos membros da Casa respectiva.
- e) Maurino terá seu mandato extinto de ofício pela própria Casa Legislativa à qual pertence.

**36.** A Constituição Federal confere uma série de prerrogativas inerentes à Presidência da República. A esse respeito, identifique, dentre as alternativas abaixo, aquela que contém uma afirmação válida:

- a) O Presidente da República não poderá ser preso na vigência do mandato.
- b) A imunidade formal de que dispõe o Presidente impede que sofra qualquer espécie de prisão temporária, ainda que venha a cometer crime em flagrante.
- c) O Presidente apenas poderá ser responsabilizado, na vigência do mandato, por atos estranhos ao exercício da função.
- d) A imunidade material, conferida aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo

Federais, não se estendem aos demais chefes dos Poderes Executivos da Federação.

e) Embora o processamento do Presidente da República, no tocante à prática de crime comum, independa de autorização do Poder Legislativo, ele somente poderá ser julgado por crime de responsabilidade após juízo de admissibilidade favorável proferido pela Câmara dos Deputados.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**37.** Dois pressupostos processuais importantes são a capacidade processual e a regularidade de representação da parte. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de vício em qualquer dos pressupostos acima, o juiz suspenderá o processo e designará prazo de 10 (dez) dias para que seja sanado o vício.
- b) O saneamento da irregularidade de representação da parte só poderá ocorrer na instância originária, sendo vedada sua determinação em fase recursal.
- c) Caso o juiz determine o saneamento do vício e esta determinação seja descumprida por terceiro, este será considerado revel ou excluído do processo, a depender do polo que ocupe.
- d) A incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte são causas de imediata extinção do processo.
- e) Em nenhuma hipótese será admitido que o advogado postule em juízo sem procuração.

**38.** Quanto à gratuidade da justiça, é correto afirmar que:

- a) O juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- b) Só poderá ser concedida a pessoas naturais brasileiras.
- c) A gratuidade da justiça engloba as custas processuais, mas não as despesas com a realização de exames.
- d) A concessão da gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e os honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

e) A gratuidade da justiça permite que o beneficiário não pague, ao final, as multas processuais que tenham sido impostas ao longo do processo.

**39.** O litisconsórcio é a presença simultânea de duas ou mais pessoas ocupando o mesmo polo da relação jurídica processual, visando economia processual e harmonização dos julgados. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

a) O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

b) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.

c) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

d) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.

e) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão ou beneficiarão os outros.

**40.** Os atos processuais poderão ser comunicados de diversas formas. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) O tribunal está dispensado da expedição de carta para juízo a ele vinculado, ainda quando o ato houver de se realizar fora dos limites territoriais do local de sua sede.

b) A carta de ordem deverá ser expedida para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional.

c) Admite-se a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

d) Se o ato relativo a processo em curso na justiça federal ou em tribunal superior houver de ser praticado em local onde não haja vara federal, a carta deverá ser devolvida ao juízo que a remeteu.

e) A carta arbitral não poderá versar sobre a efetivação de tutela provisória, pois o juízo arbitral não tem competência para tais atos.

**41.** A citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Assim, conforme disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) O Código de Processo Civil estabelece que a citação do réu ou do executado deverá ocorrer sempre para que o processo seja válido.

b) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.

c) Não sendo o caso de nulidade, a citação poderá gerar a revelia no processo de conhecimento e de execução.

d) A citação válida, desde que ordenada por juízo competente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.

e) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, desde que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.

**42.** Considerando o disposto no Código de Processo Civil sobre a improcedência liminar do pedido, pode-se afirmar:

a) A improcedência liminar do pedido exige a citação do réu para ser válida.

b) O juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar súmula dos Tribunais Superiores.

c) O juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar posicionamento do Supremo

- Tribunal Federal em recursos extraordinários ou do Superior Tribunal de Justiça em recursos especiais.
- d) Da decisão de improcedência liminar do pedido, caberá agravo de instrumento.
- e) Se houver retratação, o juiz determinará o prosseguimento do processo, com a citação do réu, e, se não houver retratação, determinará a citação do réu para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.

**43.** O Código de Processo Civil prevê que, a priori, a prova testemunhal é sempre admissível. Sobre essa espécie probatória, assinale a alternativa correta:

- a) Ao juiz é vedado indeferir a inquirição de testemunhas pois constituem importantes fontes probatórias das partes.
- b) Nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é inadmissível a prova testemunhal.
- c) Admite-se a prova testemunhal quando o credor não pode ou não podia, moral ou materialmente, obter a prova escrita da obrigação, em casos como o de parentesco, de depósito necessário ou de hospedagem em hotel ou em razão das práticas comerciais do local onde contraída a obrigação
- d) A parte não poderá valer-se de testemunhas para provar aspectos subjetivos de contratos.
- e) Quando a parte ou a testemunha, por enfermidade ou por outro motivo relevante, estiver impossibilitada de comparecer, o juiz dispensará a sua oitiva.

**44.** O agravo interno é cabível contra decisão proferida pelo relator. Além disso, pode-se afirmar corretamente que:

- a) O agravo interno será processado e julgado pelo Presidente do Tribunal.
- b) O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, o relator remeterá os autos ao Presidente do Tribunal.
- c) A interposição de agravo interno não permite retratação do prolator da decisão.
- d) É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

- e) Caso o agravo interno seja declarado manifestamente inadmissível ou improcedente, o agravante pagará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**45.** Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O inquérito policial poderá ser instaurado de ofício nos crimes de ação penal privada, desde que a pena máxima seja superior a 04 anos de privação da liberdade.
- b) Por ser procedimento sigiloso, é vedado ao defensor do indiciado ter acesso aos elementos de prova já documentados no inquérito policial, salvo se houver autorização judicial expressa
- c) Como regra, estando solto o indiciado, o inquérito deverá ser concluído no prazo de 30 dias, a contar da instauração do inquérito policial, sem possibilidade de prorrogação.
- d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito policial, nem mesmo em caso de flagrante atipicidade do fato ou prescrição
- e) O ato de indiciamento é privativo da autoridade judiciária

**46.** Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de preempção, de acordo com o Código de Processo Penal:

- a) quando, iniciada a ação penal privada, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos
- b) quando, falecendo o querelante, ou sobrevivendo sua incapacidade, não comparecer em juízo para prosseguir no processo qualquer dos legitimados, dentro do prazo de 60 dias
- c) Quando o querelante deixar de comparecer, justificadamente, a qualquer ato do processo a que deva estar presente

- d) Quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação na petição inicial
- e) Quando o querelante deliberadamente deixar de incluir algum dos infratores na queixa-crime

**47.** Em determinado processo criminal que tramita na cidade de Macaé-RJ, Guilherme e Ricardo são réus, acusados da prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes. O Oficial de Justiça, ao tentar citar os réus, certifica que Guilherme atualmente reside na cidade de Três Rios-RJ, e Ricardo está se ocultando para não receber a citação, embora resida em Macaé-RJ.

Nesse caso, a citação de Guilherme e Ricardo deverá se dar, respectivamente:

- a) Por edital e por carta com aviso de recebimento
- b) Por edital e por hora certa
- c) Por carta precatória e por edital
- d) Por edital, em ambos os casos
- e) Por carta precatória e por hora certa

**48.** Acerca das disposições referentes aos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), julgue as assertivas a seguir:

- I – João praticou um crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa), na forma tentada
- II – Pedro praticou um crime de furto qualificado (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa), na forma tentada
- III – Maurício praticou um crime de falsa identidade (pena: detenção, de três meses a um ano, ou multa), consumado.

Nesse caso, presentes os demais requisitos, será cabível o benefício da suspensão condicional do processo a:

- a) João e Maurício, apenas.
- b) Maurício, apenas.

- c) Pedro e Maurício, apenas.
- d) Pedro, apenas.
- e) João, Pedro e Maurício.

**49.** De acordo com o Código de Processo Penal, o Juiz está autorizado a substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar em alguns casos. Uma dessas hipóteses ocorre quando:

- a) O agente for maior de 70 anos.
- b) O agente for portador de doença grave, ainda que não esteja debilitado
- c) A agente for gestante, qualquer que seja a idade gestacional
- d) A agente for mulher com filho de até 18 anos de idade incompletos.
- e) O agente for homem com filho de até 12 anos de idade incompletos, ainda que não seja o único responsável pelos cuidados dos filhos

**50.** No que tange à disciplina processual dos sujeitos do processo, assinale a alternativa correta:

- a) O Juiz será considerado impedido, não podendo exercer jurisdição no processo, se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes
- b) A suspeição poderá ser declarada ou reconhecida ainda que parte venha a injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- c) a atuação do membro do MP na fase pré-processual não o impede de ajuizar denúncia e atuar posteriormente durante a ação penal
- d) O assistente de acusação poderá ser admitido no curso do inquérito policial
- e) Se o acusado não o tiver, o Juiz deverá nomear defensor para patrocinar sua defesa, sendo vedado ao acusado, posteriormente, constituir outro defensor.

**51.** Acerca da fiança, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A autoridade policial somente poderá arbitrar fiança no caso de infração penal cuja pena máxima não seja superior a 08 anos
- b) Se, por enganado, a fiança for tomada em valor insuficiente, deverá ser reforçada
- c) A fiança somente poderá ser prestada em dinheiro, por meio de depósito ou transferência bancária
- d) Será considerada quebrada a fiança caso o afiançado pratique nova infração penal, dolosa ou culposa
- e) Não se admitirá fiança quando se tratar de crime com violência ou grave ameaça à pessoa

**52.** Acerca do procedimento comum pelos ritos ordinário e sumário, é correto afirmar que a denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- a) houver manifesta causa excludente da ilicitude do fato
- b) for não houver justa causa para a ação penal
- c) houver manifesta causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade.
- d) faltar condição da ação penal, mas não pressuposto processual
- e) não houver prova da autoria delitiva, ainda que haja indícios suficientes

### LEGISLAÇÃO

**53.** Segundo a consolidação normativa judicial, o termo de conclusão mencionará, exceto

- a) nome do juiz
- b) nome do membro do ministério público
- c) data
- d) número do feito
- e) nome, assinatura e matrícula do servidor

**54.** Nas causas que versem sobre interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais indisponíveis, se ocorrer paralisação do feito quanto tempo, em decorrência da contumácia da

parte, o Chefe de Serventia dará vista dos autos ao Ministério Público?

- a) 15 dias, inclusive nos feitos criminais
- b) mais de 15 dias, exceto nos feitos criminais
- c) 30 dias, exceto nos feitos criminais
- d) mais de 30 dias, inclusive nos feitos criminais
- e) 5 dias, exceto nos feitos criminais

**55.** Desarquivados os autos e havendo pedido a ser apreciado pelo Juiz, serão aqueles imediatamente levados à conclusão. Tratando-se de autos arquivados de forma definitiva não havendo providência da parte, os mesmos retornarão ao arquivo, depois de quantos dias do desarquivamento.

- a) após o despacho, os mesmos retornarão ao arquivo decorridos 30 dias de seu desarquivamento.
- b) após o despacho, os mesmos retornarão ao arquivo decorridos 15 dias de seu desarquivamento.
- c) após o despacho, os mesmos retornarão ao arquivo decorridos 10 dias de seu desarquivamento.
- d) independentemente de despacho, os mesmos retornarão ao arquivo decorridos 15 dias de seu desarquivamento.
- e) independentemente de despacho, os mesmos retornarão ao arquivo decorridos 10 dias de seu desarquivamento.

**56.** As Centrais de Audiência de Custódia instaladas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro desempenharão suas atribuições



- a) de segunda a sexta no horário de 11hs às 19hs
- b) de segunda a sexta no horário de 12hs às 19hs
- c) de segunda a sexta no horário de 11hs às 18hs,
- d) de segunda a sexta no horário de 12hs às 18hs,
- e) ) de segunda a sexta no horário de 9hs às 19hs,

**57.** Roberval é chefe de secretaria no âmbito TJ-RJ. Ao verificar que determinados autos estão paralisados há mais de \_\_\_\_\_, deve os fazer conclusos no prazo de \_\_\_\_\_

Preenche corretamente as lacunas acima

- a) 60 dias; 24 horas
- b) 30 dias; 48 horas
- c) 90 dias; 24 horas
- d) 10 dias; 48 horas
- e) 180 dias; 24 horas

**58.** De acordo com a Consolidação Normativa Judicial

- a) Mandado de Segurança e de Injunção, Mandados Coletivos ou Individuais, Habeas Data serão atuados com a cor azul.
- b) Testamento será atuado com a cor cinza.
- c) Ação de Alimentos será atuado com a cor azul.
- d) A revisional de benefício (INSS) será atuada com a cor branca.
- e) A carta precatória será atuada com a cor verde.

**59.** Salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário, constarão dos respectivos atos os prazos de:

- a) 30 dias para cumprimento de precatórias.
- b) 10 dias para cumprimento de precatórias.
- c) 30 dias para resposta a expediente do juízo.
- d) 15 dias para resposta a expediente do juízo.
- e) 60 dias para resposta a expediente do juízo.

**60.** Com base no que dispõe a consolidação normativa judicial, terão prioridade de atendimento, nos serviços oferecidos por todas as serventias

- a) as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, as grávidas, as pessoas com crianças de colo (até dois anos) e os portadores de necessidades especiais.
- b) as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, as grávidas, as pessoas com crianças de colo (até três anos) e os portadores de necessidades especiais.
- c) as pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, as grávidas, as pessoas com crianças de colo (até dois anos) e os portadores de necessidades especiais.
- d) as pessoas com idade igual ou superior a cinquenta e cinco anos, as grávidas, as pessoas com crianças de colo (até três) e os portadores de necessidades especiais.
- e) as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, as grávidas, as pessoas com crianças de colo (qualquer idade) e os portadores de necessidades especiais.

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-12-04>

*Não é assinante?*

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO  
SEM PREOCUPAÇÃO

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

VERIFIQUE AS CONDIÇÕES NO SITE



# Estratégia

## Concursos